



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE MAIO DE 1983

ANO IX

AVULSO

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo único. O Art. 138 da Constituição Estadual, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos XIII e XIV:

"Art. 138

XIII — estabelecimento às instituições universitárias mantidas pelo Estado, de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, exercida na forma da Lei e de seus Estatutos;

XIV — promovendo a democratização do ensino através do reconhecimento e garantia aos professores, funcionários e alunos, do direito à livre organização e à participação na gestão das instituições, nos termos da Lei."

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

Apoiamento: Sabino Campos, Nelson Vasconcellos, Amélia Hruschka, Rubens Bueno, Roberto Requião, Orlando Pessuti, Fiori Luiz, Sérgio Spada, Dirceu Manfrinato, Adhail Sprenger Passos, Paulo Furiatti, Artagão de Mattos Leão, Tadeu França, Péricles Pacheco, Nilso Sguarezi, Trajano Bastos, José Antônio Fonseca, Homero Oguido, Mário Pereira, Aníbal Khury e Gernote Kirinus.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda à Constituição do Estado contempla a questão da democratização da educação, sob o particular ângulo da participação democrática de professores, alunos e funcionários no ensino.

Trata-se de considerar a democracia como princípio normativo, que como tal pretende tornar-se impulso dirigente

do ensino nos seus vários aspectos e funções.

O profundo alcance deste princípio fundamental, que ora se propõe, está na consideração de pretender ser representação constitucional da ação do Poder Público - numa dimensão jamais afirmada nas constituições estaduais.

Se bem que existam textos legislativos, que sejam expressão mitigada deste princípio, como por exemplo, os que estabelecem a eleição para a composição de conselhos superiores das Universidades, com a participação de membros de congregações, de delegados do corpo docente e discente ou representante da comunidade, na prática, porém, o governo da Universidade tem se revelado burocrático e centralizador, porque ele fez através de estruturas de poder que afastam professores, alunos e funcionários das decisões - não só daquelas onde estão presentes os interesses destes estamentos, mas principalmente das decisões que se referem às funções tradicionalmente reservadas à Universidade: função de formação cultural e humanística, de formação profissional e de desenvolvimento da investigação científica.

Isto conduz à conclusão de que a ausência de um princípio geral de natureza constitucional enseja o bloqueio no processo de democratização do ensino, na medida em que os atos administrativos e os atos legislativos referentes ao ensino não tem uma diretiva a seguir ou obedecer, ficando a promoção da democratização da educação ao arbítrio do governo ou da maioria parlamentar.

Esta ordem de consideração permite concluir que a adoção do princípio de democratização do ensino, na dimensão de garantia constitucional, significa o compromisso do Estado com a efetiva participação de professores, alunos e funcionários na gestão das escolas, conferindo a ela realidade, nos limites de sua competência legislativa e no restrito âmbito de seu poder de elaboração da política educacional; e, de resto, vem reafirmar de modo muito particular a autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira da universidade.